



LIGA DE ENSINO DO RIO GRANDE DO NORTE
FACULDADE NATALENSE PARA O DESENVOLVIMENTO
DO RIO GRANDE DO NORTE
CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS

Jardson Miranda de Souza

**UMA ANÁLISE DAS DIFICULDADES DE IMPLANTAÇÃO DO SPED NA
EMPRESA COMERCIAL JOSÉ LUCENA**

NATAL/RN
2011

JARDSON MIRANDA DE SOUZA

**UMA ANÁLISE DAS DIFICULDADES DE IMPLANTAÇÃO DO SPED NA
EMPRESA COMERCIAL JOSÉLUCENA**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado
à Faculdade Natalense para o
Desenvolvimento do Rio Grande do Norte
como requisito final para obtenção do título
de Bacharel em Ciências Contábeis.

Orientador (a): Thereza Angélica Bezerra
de Souza Santos, Esp.

NATAL/RN
2011

JARDSON MIRANDA DE SOUZA

**UMA ANÁLISE DAS DIFICULDADES DE IMPLANTAÇÃO DO SPED NA
EMPRESA COMERCIAL JOSÉLUCENA**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do Rio Grande do Norte, como requisito final para obtenção do título de Bacharel em Ciências Contábeis.

APROVADO EM: ____/____/____.

Banca Examinadora

Orientadora
Thereza Angélica Bezerra de Souza Santos

Profº Marcio Carvalho de Brito

Profº Marcos Aurélio de Oliveira Santiago

AGRADECIMENTOS

A Deus, por me dar esperança e determinação nessa longa caminhada, a minha amada mãe que mesmo tendo partido foi a maior responsável por eu ter conseguido chegar até aqui, foram 21 anos juntos, tempo esse que ela pode me ensinar tudo e me fazer um homem de bem, onde você estiver mãe essa conquista também é sua.

Ao meu tio Raimundo Eloy por ter apostado em mim e me ajudado financiando esse curso nos dois primeiros anos.

A minha avó Carmelia pelo carinho, amor, preocupação desde a partida da minha mãe, mesmo aos 84 anos apresenta uma lucidez incrível.

A minha amada esposa Cristina, por todo o seu envolvimento dando apoio e palavras de motivação nos momentos mais difíceis quando, muitas vezes, eu pensei em desistir, ela foi o meu alicerce para que isso não acontecesse, com amor, carinho, compreensão.

Aos meus dois filhos queridos Júlia e Guilherme que mesmo muito pequenos, me motivam a enfrentar tudo e todos, pois tudo que faço é pensando neles, amo vocês meus lindos filhos.

A meus amigos, que me acompanharam nessa jornada, em especial a Vanessa Cardoso, pela paciência, presteza, solidariedade, sempre junto comigo me ajudando incentivando mesmo nos momentos mais difíceis.

A minha irmã Geane, por ter me ajudado no momento mais difícil da minha vida, quando não tinha pra onde ir com meus filhos e minha esposa ela junto com seu esposo me acolheu em sua casa.

A minha orientadora Thereza que, me ajudou até o ultimo momento dessa jornada, sempre me orientando com sabedoria e acreditando no meu potencial.

E a todos os meus familiares que, independente da distância, me deram força para concluir essa etapa da minha vida.

LISTA DE GRAFICO

Gráfico 1: Qual a sua idade?	33
Gráfico 2: Qual seu sexo?	34
Gráfico 3: Formação?	34
Gráfico 4: Qual Setor da empresa Comercial José Lucena você atua?	35
Gráfico 5: Você tem conhecimento sobre SPED?.....	36
Gráfico 6: Cursos e Palestras sobre SPED?	36
Gráfico 7: Na implantação do SPED houve troca de Sistema ou Software?	37
Gráfico 8: Dificuldades de implantação?	38
Gráfico 9: Funcionários envolvidos na implantação do SPED?	39
Gráfico 10: Você se considera preparado para trabalhar com SPED?	39
Gráfico 11: Influência do SPED na Comercial José Lucena?	40
Gráfico 12: Ainda existem dificuldades com SPED?	41

RESUMO

Devido ao rápido crescimento dos contribuintes, das operações contábeis e da tecnologia, o fisco viu a necessidade de acompanhar de perto todos os processos realizados pelos contribuintes, sendo que os governos ainda não tinham pensado uma maneira mais ágil de acompanhar os processos das empresas mais de perto até o surgimento do SPED. A caracterização do trabalho se deu como pesquisa exploratória buscando conhecer com maior profundidade o assunto de modo a torná-lo mais claro para condução da pesquisa, desta forma, o presente estudo procurou identificar e analisar as dificuldades da empresa Comercial José Lucena Ltda, junto ao projeto SPED. Neste sentido realizou-se uma pesquisa de campo por meio de aplicação de questionário com 12 perguntas direcionadas à 20 colaboradores da empresa Comercial José Lucena, envolvidos na implantação do projeto SPED. Os resultados nos demonstram que várias foram as dificuldades percebidas por estes colaboradores, entre eles destacam-se, a falta de conhecimento do SPED, principalmente no que tange a participação dos colaboradores em cursos, palestras sobre o assunto (50%), as dificuldades com a integração dos sistemas legados a ERP versus arquivo SPED (70%), sendo que esse resultado impacta na qualidade das informações enviadas ao fisco, hoje a empresa trabalha com dois sistemas, sendo um para captar as informações de forma geral e o outro para receber essas informações e fazer o tratamento contábil, para em seguida enviar aos órgãos fiscalizadores, porém a empresa acredita que em pouco tempo estará totalmente adequada as novas exigências do SPED. A Pesquisa também mostrou que segundo os entrevistados, o SPED influênciou de forma bastante positiva para a empresa, proporcionando maiores informações no processo de tomada de decisões e otimizações. Atualmente pode-se afirmar que as dificuldades existentes são bastante razoáveis ou seja, bem simples se comparado ao início, percebe-se que realmente tudo de novo que é desenvolvido e colocado em prática afeta tanto de maneira positiva quanto negativa quem estiver submetido a obrigatoriedade imposta, tornado necessário um conhecimento que proporcione uma melhor preparação na tentativa de minimizar as dificuldades e usufruir vantajosamente dos benefícios.

Palavras-Chaves: Evolução tecnológica. Análise das dificuldades de implantação do SPED. Comercial José Lucena.

ABSTRACT

Due to the rapid growth of taxpayers, accounting operations and technology, the tax authorities saw the need to closely monitor all the processes carried out by the taxpayers, and governments had not yet thought of a more agile way to monitor business processes over close to the dawn of SPED. The characterization of the work took place as exploratory research seeking to know the subject in greater depth in order to make it clear to the conduct of research, therefore, this study sought to identify and analyze the company's difficulties Commercial José Lucena Ltda, with the SPED project. In this sense there was a field survey using a questionnaire with 12 questions directed to the company's 20 employees Commercial José Lucena, involved in project implementation SPED. The results show us that there were several difficulties perceived by these collaborators, they stand out, the lack of knowledge of SPED, especially regarding employee participation in courses, lectures on the subject (50%), difficulties with the integration of legacy systems to ERP versus file SPED (70%), and this result impacts the quality of information sent to the tax authorities, the company currently works with two systems, one for capturing the information in general and the other to receive these information and make the accounting treatment, then send to the supervisory body, but the company believes it soon will be totally appropriate the new demands of the SPED. The survey also showed that the second respondents, the SPED influence very positively to the company, providing more information in making decisions and optimizations. Currently it can be said that the difficulties are quite reasonable that is quite simple compared to the beginning, you realize that actually everything new that is developed and put into practice affects both positively and negatively those who are subjected to imposed requirement, made necessary knowledge to provide a more preparation in an attempt to minimize the difficulties and advantageously enjoy the benefits

Key words: Evolution technologic. Analyzed from the difficulties of introduce of the SPED. Comercial José Lucena.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	08
1.1 Contexto.....	08
DEFINIÇÃO DO PROBLEMA	09
1.2 OBJETIVOS	09
1.2.1 Objetivos Gerais	10
1.2.2 Objetivos Específicos	10
1.3 JUSTIFICATIVA	10
1.4 CARACTERIZAÇÃO.....	12
2 REFERENCIAL TEORICO	12
2.1 A “Era Digital” Modernização	12
2.2 Desenvolvimento Histórico do SPED	13
2.3 O que é o Sistema Público de Escrituração Digital – SPED	14
2.4 Escrituração Contábil Digital	15
2.5 Escrituração Fiscal Digital.....	16
2.6 Emissão de NF-e em Formulário Contínuo.....	18
2.7 NF-e	19
2.8 NFS-e.....	20
2.9 Arrecadação de impostos Estaduais mediante emissão de documentos.....	22
2.9.1 Obrigatoriedade versus dificuldade	23
2.9.2 CT-e	24
2.9.3 E-LALUR	25
2.9.4 EFD PIS/COFINS.....	26
2.9.5 FCONT	26
2.9.6 Certificado Digital	27
2.9.7 Retificação EFD	28
3 METODOLOGIA.....	30
3.1 Pesquisa quanto aos objetivos	30
3.2 Pesquisa quanto aos Procedimentos	30
3.3 Pesquisa quanto à Abordagem.....	31
3.4 Método de Coleta de dados	31
4 RESULTADOS E DISCUSSÃO DOS RESULTADO	33
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	42
REFERENCIAS.....	43
APÊNDICE	45

1 INTRODUÇÃO

1.1 CONTEXTO

Devido ao rápido crescimento de contribuintes, das operações contábeis e da tecnologia, o fisco viu a necessidade de acompanhar de perto todos os processos realizados pelos contribuintes, sendo que as diversas maneiras de atender as solicitações do fisco, federal, estadual, municipal não colaboravam.

A chamada “Era digital” trouxe novas demandas para a área contábil, entre elas, capacitação e maiores investimentos para a transmissão dos dados contábeis, em especial no caso da implantação do projeto sistema publico de escrituração digital-SPED, tendo como parte integrante a NF-e (Almeida, 2009).

A obrigatoriedade para emissão da NF-e teve inicio em abril /2008 através do protocolo de nº 10 de 18 de abril de 2007, os primeiros a se enquadrarem nessa nova sistemática foram os fabricantes, distribuidores atacadistas de cigarro e os produtores, formuladores, importadores, distribuidores, transportadores e revendedores de combustíveis líquidos. Dezembro de 2010 foi o prazo final para está obrigatoriedade, onde quem ainda não tinha se enquadrado na mesma passou a se enquadrar, com exceção dos contribuintes que não tramitam com suas mercadorias fora do estado do RN. (SET/RN 2011)

Por se tratar de adesão compulsória e, devido à situação diferenciada das empresas em termos de recursos (equipamentos, humanos, financeiro), verificou-se a pertinência de pesquisar os impactos da modernidade tecnológica no cumprimento dessa exigência legal, com vistas a evidenciar a situação cujos resultados poderão ser utilizados ou não pelas empresas na tomada de decisão.

O projeto NF-e tem como objetivo a implantação de um modelo nacional de documento fiscal eletrônico que venha substituir a sistemática atual de emissão de documentos fiscal em papel, com validade jurídica garantida pela assinatura digital do remetente, simplificando as obrigações acessórias dos contribuintes e permitindo, ao mesmo tempo o acompanhamento em tempo real das operações comerciais pelo Fisco.

A implantação da NF-e constitui grande avanço para facilitar a vida do contribuinte a as atividades de fiscalização sobre operações e prestações tributadas pelo imposto sobre circulação de mercadorias e serviços (ICMS) e pelo o imposto sobre produtos

industrializados (IPI), num momento inicial a NF-e foi emitida apenas por grandes contribuintes e substituiu os modelos, em papel, tipo 1 ou 1-A

Para tanto, objetiva-se demonstrar as dificuldades dos empresários para a adesão do projeto SPED e NF-E, mensurando o impacto da era digital de forma positiva nas organizações, mostrando o quanto a tecnologia moderniza o cumprimento das obrigações acessórias transmitidas ao fisco.

A Nota Fiscal é usada para o recolhimento dos impostos, sendo de responsabilidade de cada contribuinte o repasse do valor referente a cada imposto aos órgãos de competência. O não repasse dos impostos é considerado crime chamado de sonegação fiscal onde, para regularizar sua situação perante o fisco, o contribuinte é obrigado a pagar multas de valor determinado por lei, podendo acarretar no fechamento do estabelecimento, com a implantação da NF-e no estado do RN estima-se grande aumento na arrecadação dos impostos.

O embasamento teórico, a revisão de literatura abordará os seguintes itens: a arrecadação de impostos mediante emissão de documento fiscal; a Era digital e a modernização; o projeto do Sistema Público de Escrituração Digital – SPED e Nota Fiscal Eletrônica–NFe; a emissão da nota fiscal em formulários eletrônicos e a obrigatoriedade da NF-e versus dificuldades com a NF-e.

Diante do exposto, o presente projeto busca responder ao seguinte problema de pesquisa: **Quais as dificuldades da empresa Comercial José Lucena Ltda. na implantação do projeto SPED?**

1.2 OBJETIVOS

1.2.1 Objetivo Geral

Analisar as dificuldades da empresa Comercial José Lucena para a adesão do projeto SPED.

1.2.2 Objetivos Específicos

- Observar as dificuldades para implantação e se houve mudanças com máquinas, software e pessoal qualificado no processo.
- Quais Benefícios foram obtidos com a implantação do projeto SPED e como se encontra no momento atual.

1.3 JUSTIFICATIVA

O projeto SPED e NF-e chega para aperfeiçoar os processos contábeis unificando as informações entre os órgãos envolvidos, nesta sistemática e atendendo cada vez mais ao fisco, deixando para trás os talões de notas fiscais em papel e dando espaço à tecnologia aos registros das operações em meio eletrônico dos dados.

Acredita-se que diante do exposto acima tanto a empresa quanto o fisco tendem a ganhar, pois a sonegação irá diminuir e conseqüentemente, os empresários passarão a ter uma concorrência de mercado mais justa.

Desvendar e estudar um assunto tão recente na contabilidade foi o que motivou para que esse trabalho fosse desenvolvido, acredito que agregará alto conhecimento científico e profissional na execução dessas novas ferramentas.

Para o meio acadêmico é possível observar um novo perfil do estudante de contabilidade, devido ao avanço tecnológico dos processos teremos um mercado de trabalho mais competitivo isso impulsiona as instituições a se qualificar para formar o profissional contábil.

O presente trabalho, portanto, contribuirá como fonte e base de pesquisas futuras, de esclarecimentos e ajuda para os profissionais da área, às empresas usuárias, como também para futuros interessados em pesquisar e conhecer o assunto.

1.4 CARACTERIZAÇÃO

A empresa Comercial José Lucena Ltda. tem como atividade comercial a venda de materiais para construção e acabamento, é composta por três redes de atendimento direto ao público, uma central de atendimento ao profissional da área de construção civil e uma central de atendimento ao revendedor.

A empresa tem como objetivo fazer bonito para sua carteira de clientes, para isso oferece os melhores e variados produtos por preço justo, além de todo suporte nas compras, conforto no estacionamento, financiamentos, trocas, entrega rápida, lanchonete e melhor atendimento personalizado.

A Missão de ser uma empresa de melhor preço e maior variedade em materiais de construção e acabamento no Rio Grande do Norte. Em consequência, a Visão é estar entre as empresas líderes de mercado no segmento de comércio de materiais de construção e acabamento do Nordeste. Os valores da presteza, respeito ao próximo, satisfação de clientes internos e externos e melhoria continuam.

O surgimento da empresa foi no ano de 1930, na cidade de Nova Cruz interior do estado do Rio Grande do Norte, começou explorando o ramo de estivas e cereais em grosso, após sete anos abriu a primeira filial em Natal no bairro da Ribeira e com quinze anos a empresa muda a razão social em decorrência de uma pessoa entrar e fazer parte da sociedade. Com vinte e oito anos de existência a empresa passa a trabalhar também com ferragens em geral e para isso abriu uma nova loja no bairro no Alecrim.

Chega a falecer o fundador da empresa após trinta e seis anos de mercado e com quarenta anos a empresa passa a ter novos representantes e a razão social volta a ter a denominação que possui anteriormente, acontece que a empresa teve mudanças na razão social. Na mesma ocasião a empresa muda seu ramo de atuação e passa participar do comércio de materiais para construção, especialmente produtos de ferro, aço, laminados planos e cimento.

Foi instalada uma nova loja no bairro da Ribeira sendo nomeada como a Matriz, isso logo após o falecimento de um dos novos representantes. Em seguida abre uma nova loja no bairro do Alecrim, e logo em seguida para ampliar sua área de atuação resolve abrir uma nova loja no bairro de Tirol com objetivo de explorar especificamente artigos para banheiro.

Com a prosperidade do negócio, a empresa sentiu a necessidade de segmentar seu atendimento e para isso mais uma nova loja foi aberta sendo essa distribuidora, que passa a atender os clientes com a mesma atividade.

Em 2002 com o falecimento do diretor majoritário a Comercial José Lucena passa a ser liderada por sua esposa e seus filhos, onde se dá até os dias de hoje. Sempre com a qualidade e presteza que lhe foi herdado passando de geração em geração para com os seus clientes.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 A “Era Digital” – Modernização

De acordo com Almeida (2009, p.15), “A chegada da informatização na área contábil faz com que os escritórios contábeis entrem na Era digital. Isso ocorre devido à forma como as informações fiscais e contábeis estão sendo implantadas, deixando empresários e escritórios de contabilidade apreensivos”.

Ainda conforme Almeida (2009, p 18), “esta apreensão é devida ao aumento da responsabilidade em relação ao conhecimento que o novo sistema requer para a transmissão dos dados contábeis, gerando uma nova demanda para os escritórios de contabilidade”.

Almeida (2009, p. 38) cita ainda que, “No caso do micro-contribuinte, esta apreensão é pelo fato de o novo vir junto com a maior exposição fiscal por parte dos órgãos de fiscalização fazendária, estadual e municipal, que a escrituração digital impõe às empresas”.

As mudanças previstas na “Era digital” na contabilidade já chegaram, pois cada vez mais o fisco está nos estabelecimentos dos contribuintes e, com o Projeto do SPED e a NF-e o fisco passa a regular cada vez mais os passos dos contribuintes.

Segundo Wittgenstein “Dada à alta penetrabilidade dessas tecnologias em nosso cotidiano passou a lidar com o tempo mais imediato, não é o caso de vivermos uma ditadura tecnológica onde a tecnologia determina o modo como nos relacionamos ou nos comunicamos, mais que existe uma relação dialética entre tecnologia e sociedade”. (WITTGENSTEIN, 1999, p.23)

David Harvey, em um análise mais marxista e materialista diz que com os modernos sistemas Just in time, a redução de estoques de todas as empresas, a financeirização da economia vivemos em uma intensa instantaneidade e descartabilidade em todas as facetas da vida humana, em nossas relações pessoais e em relação com a nossa própria historia de vida. (HARVEY, 2001, p.349)

Alzacar (2009), afirma que nossa profissão ficou relegada ao cumprimento de tarefas para atender a demanda do governo em relação ao contribuinte. Com o avanço tecnológico dos últimos 10 anos, há uma evolução, e a própria abertura da economia globalizada trouxe outra realidade aos empreendedores do mundo e do Brasil.

2.2 Desenvolvimento Histórico do SPED.

As autoridades fiscais, com objetivo de buscar indícios de fraudes ou sonegação, passaram a utilizar a tecnologia da informação como grande aliado para obter dados do contribuinte de forma rápida e precisa. Diante da necessidade do governo de reduzir a sonegação, foi alterada a redação da nossa Constituição. A Emenda Constitucional de numero 42 de a seguinte redação no seu artigo 37, em dezembro de 2003:

XXII – as administrações tributarias da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, atividades essenciais ao funcionamento do Estado, exercidas por servidores de carreiras específicas, terão recursos prioritários par a realização de suas atividades e atuarão de forma integrada, inclusive com o compartilhamento de cadastros e de informações fiscais, na forma da lei ou convênio.

Para atender a alteração da Ementa da Constituição, foi realizado no mês de julho de 2004, na cidade de salvador, o primeiro Encontro Nacional de Administradores Tributários (I ENAT), estando presente o Secretario da Receita Federal, os secretários de Fazenda dos Estados e Distritos Federal, e o representante das Secretarias de Finanças dos municípios das Capitais. De acordo com a Receita Federal do Brasil, 2011, este encontro teve por objetivo buscar soluções conjuntas nas três esferas de Governo que ocasionasse os seguintes requisitos: maior integração administrativa, padronização e melhor qualidade da informação, racionalização de custos e da carga de trabalho operacional no atendimento, maior eficácia da fiscalização, maior possibilidade de realização de ações fiscais coordenadas e integradas, maior possibilidade de intercâmbio de informações fiscais entre as diversas esferas governamentais, cruzamento de informações em larga escala com dados padronizados uniformização de procedimentos.

Assim, para atender os requisitos acima foram aprovados dois protocolos de Cooperação Técnica. Em agosto de 2005, na Cidade de São Paulo, ocorreu o segundo ENAT, onde os mesmos membros do primeiro encontro se reuniram para dar efetividade aos trabalhos de intercambio entre eles. Assinaram, nesta data, os Protocolos de Cooperação n ° 02 e n° 03, buscando o objetivo de desenvolver e implantar o SPED e a NF-e.

Em 22 de janeiro de 2007, oi aprovado o Decreto n° 6.022, o qual oficializou o SPED, tendo que este está se consolidando pelo trabalho das autoridades fiscais juntamente com as empresas privadas participantes do projeto piloto.

2.3 O que é o Projeto do Sistema Público de Escrituração Digital – SPED

Instituído pelo Decreto Federal nº. 6.022/07, o projeto do Sistema Público de Escrituração digital (SPED), faz parte do programa de aceleração do crescimento do governo federal (PAC 2007-2010). A emenda constitucional nº. 42 vieram determinar que as administrações tributárias da união, do estado, do distrito federal e do município, atuassem com um único cadastro e informações fiscais, de forma integrada.

Em julho de 2004, foi realizado em Salvador o I ENAT - Encontro Nacional de Administração Tributária, objetivando a busca de soluções conjuntas nas três esferas do governo, já que a unificação dos cadastros estava cada vez mais próxima, sendo aprovados dois protocolos de cooperações técnicas, autorizando a construção de um cadastro sincronizado e o desenvolvimento de métodos e instrumentos que atendessem às necessidades das três esferas do governo. O II ENAT aconteceu em agosto 2005 na cidade de São Paulo, esse por sua vez teve mais dois protocolos de nº. 02 e 03, objetivando o desenvolvimento e implantação do SPED e NF-e.

De acordo com a Sefaz. (2011)

O Sistema Público de Escrituração Digital – SPED é o instrumento que unifica as atividades de recepção, validação, armazenamento e autenticação dos livros e documentos que integram a escrituração comercial e fiscal dos empresários e das sociedades empresariais, mediante fluxo único computadorizado de informações.

Com a aprovação do projeto SPED o governo será beneficiado, pois o tempo de duração das fiscalizações e a quantidade de auditores fiscais reduzirão cada vez mais, pois cada contribuinte será fiscalizado diariamente em seu próprio estabelecimento, sendo esta fiscalização realizada por meio eletrônico.

Uma vez que as informações contábeis e fiscais estão padronizadas e compartilhadas, o SPED tem como principal objetivo a integração dos fiscos, em que as obrigações acessórias devem ser racionalizadas e uniformizadas, para que se possa chegar com mais agilidade nas informações e diminuir a sonegação fiscal.

O projeto lei aprovado pelo Decreto Federal nº. 6.022/07 conta com três importantes subprojetos: a Escrituração Contábil Digital; a Escrituração Fiscal Digital e a NF-e.

2.4 Escrituração Contábil Digital

Instituído pela instrução normativa RFB nº. 787/2007, a legislação tributária federal exige que, além do Livro Diário, o contribuinte escreva o Livro Razão, visando à substituição da emissão dos livros contábeis (Diário e Razão) em papel, pela sua existência apenas digital, sendo gerado a partir de um mesmo conjunto de informações digitais.

Para entrega da ECD as empresas devem adequar seus sistemas de acordo com leiante definido pela Receita federal do Brasil, ou seja, a geração do arquivo da empresa deve ser desenvolvida com recursos próprios, após a adequação a ECD deverá ser submetida a um programa disponibilizado pela Receita federal, chamado de PVA (Programa Validador e Assinador) disponibilizado para download no site da Secretaria da Receita Federal. (IN SRFB nº 787/2007)

O Programa validador tem a função de analisar a escrituração contábil e transmitir os dados para isso se faz necessário o uso do certificado digital.

Existem algumas características quanto ao plano de contas referencial. Segundo Azevedo (2010, p. 340), “o plano referencial possui algumas características: é um plano elaborado com base na DIPJ, é opcional, tem a finalidade de estabelecer uma relação entre o plano de contas da empresa e um padrão para uma futura eliminação das fichas da DIPJ e não é permitido abrir nem contas ou subcontas. Não é obrigado utilizar esse plano de contas referencial, mais será necessário transferir o plano de contas interno para o referencial na transmissão do ECD, caso o utilize”.

2.5 Escrituração Fiscal Digital

A escrituração Fiscal Digital foi instituída pelo Convênio ICMS nº. 143/2006, e consiste em um arquivo digital que contém as informações da movimentação fiscal dos contribuintes, sendo de interesse das unidades federativas e da Secretaria da Receita Federal do Brasil. Até o momento, a Escrituração Fiscal Digital substitui os livros fiscais de Registro de entradas, saídas, inventário, apuração de Imposto sobre Produtos Industrializados-IPI, apuração de ICMS e para alguns contribuintes, o SINTEGRA.

Clausula terceira: A Escrituração Fiscal Digital é de uso obrigatório para os contribuintes do imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte

interestadual e intermunicipal e de comunicação - ICMS ou do imposto sobre produtos industrializados – IPI.

§ 1º O contribuinte poderá ser dispensado da obrigação estabelecida nesta cláusula, desde que a dispensa seja autorizada pelo fisco da unidade federada do contribuinte e pela Secretaria da Receita Federal.

Segundo DUARTE, 2009 “A EFD é extremamente detalhada, a tabela de registros possui mais de 100 tipos diferentes, dado o nível de exigência com relação às informações fiscais solicitadas”.

A geração do arquivo, geralmente, é feita de um sistema integrado da empresa. Da mesma forma que acontece com o SPED contábil, no SPED fiscal também existe um PVA (programa Validador e Assinador).

O PVA oferece a possibilidade de o contribuinte gerar o arquivo de seu sistema, nesse caso habilitaria a função de importar, como pode ser criada uma escrituração a partir do próprio PVA.

A empresa também necessita de um certificado digital, e vale salientar que para aqueles que não atenderem as exigências do SPED fiscal, existem penalidades, nesse sentido o regulamento do ICMS em seu artigo 340 diz que a fraude leva a multa de 200% do valor do imposto, deixando de emitir livros fiscais próprios sofre multa de 15% do valor comercial da mercadoria, esta penalidade é aplicável para aqueles que não entregam a EFD e emitem livros em papel, como a EFD se constitui livros fiscais digitais, os livros de papel não teriam validade.

2.6 Emissão da Nota Fiscal em Formulários Eletrônicos

Antes de ser determinado o ajuste SINIEF 07/05, que instituiu a NF-e e seu documento auxiliar, obrigando a utilização para alguns contribuintes, as notas fiscais eram confeccionadas e emitidas por meio de formulário contínuo ou manualmente, tendo a sua impressão autorizada pelas secretarias estaduais de tributação, pela Autorização de Impressão de Documentos Fiscais-AIDF, sendo obrigatória a emissão em, no mínimo, quatro vias.

Para que uma operação de compra e/ou venda fosse realizada, o contribuinte era obrigado a emitir nota fiscal em quatro vias para todas as transações comerciais onde houvesse ou não a circulação de mercadoria. Na prática, alguns contribuintes não exigem nota fiscal ao adquirir produtos ou serviços, mas este procedimento não desobriga o fornecedor de emitir o documento fiscal, o que evita que o mesmo fique sujeito a

penalidades tributárias pelo não cumprimento da obrigação acessória de emissão de documento fiscal.

Com a vulnerabilidade das notas fiscais M-1 os contribuintes entendiam que a emissão de uma nota fiscal era prática, pois estando a nota fiscal emitida de forma incorreta, achavam-se que o fisco só tomaria conhecimento desse erro quando fosse instituída uma fiscalização na empresa ou no ato da transmissão das obrigações acessórias.

Além da obrigação de emitir nota fiscal o contribuinte também era obrigado a fornecer informações adicionais através das obrigações acessórias, conforme legislação – Art. 578 RICMS/RN. Dentre as obrigações Estaduais temos a GIM e o Sistema Integrado de Informações-SINTEGRA:

- GIM: é o documento onde o contribuinte informa as obrigatoriedades relacionadas ao ICMS, tais como:
 - Movimentação de entrada e saídas do mês em questão, para recolhimento do imposto;
 - Os créditos e débitos de ICMS lançados referentes à movimentação;
 - O imposto (ICMS) a ser recolhido ou saldo credor, a ser transportado, se for o caso;
- SINTEGRA: O sistema trata de informações sobre operações interestaduais com mercadorias e serviços é um programa de troca de informações entre empresas e estados, que no início foi utilizado apenas para operações interestaduais, mas hoje também é utilizado para as operações internas. (ART. 631 RICMS/RN)

Das obrigações mensais a mais completa era o SINTEGRA, pois nela continham todos os dados de entrada e saída das notas fiscais, desde os dados cadastrais da empresa que está transmitindo a obrigação, até o cadastro dos fornecedores e clientes.

Para o fisco isto não era o suficiente, pois seria necessário tomar alguma atitude para que as fiscalizações se tornassem contínuas, de forma que a sonegação diminuísse e aumentasse a arrecadação de impostos.

No Brasil, cada ente tributante é responsável pela regulamentação dos impostos de sua competência tributária e, desse modo, cada estado pode ditar as regras dos seus impostos, suas alíquotas, isenções e imunidades, fazendo com que existam diferenças tributárias de estado para estado, de município para município e assim por diante. Devido a inúmeros questionamentos, pesquisas estatísticas e aprimoramento da tecnologia fisco-tributário, surgem à necessidade de uma unificação dos dados repassados às unidades federativas. Esta necessidade, reforçada através do Encontro Nacional de Administração

Tributária-ENAT, deu origem ao projeto de lei denominado de SPED. (REIS JÚNOR, Ari Timóteo da Imunidade tributaria. Jus Navigandi, Teresina, ano 15, n 2613, 27 ago.2010).

2.7 Notas Fiscais Eletrônicas

Integrada ao projeto SPED está à mudança da emissão da nota fiscal deixando de ser manual, passando a ser totalmente eletrônica.

“Nota fiscal eletrônica (NF-e) pode ser conceituada como sendo um documento de existência exclusivamente digital, emitido e armazenado eletronicamente, com o intuito de documentar uma operação de circulação de mercadorias ou prestações de serviços, cuja validade jurídica é garantida pela assinatura digital do emitente e a autorização de uso fornecida pela administração tributária do domicílio do contribuinte. (AZEVEDO e MARIANO, 2010, p. 83)”.

Para emitir uma nota fiscal eletrônica, o empresário tem que realizar várias mudanças em sua rotina de emissão de nota fiscal. A mais importante é o investimento em sua infra-estrutura, no setor de Tecnologia de Informação (TI), para que todos os processos sejam otimizados de acordo com a legislação pertinente.

Os custos para emitir nota fiscal se concentravam apenas no custo do papel (formulário) e taxas no serviço prestado pela gráfica. Esse processo só teria fim após autorização da Secretaria de Estado da Tributação através da AIDF Eletrônica. Já com a Nota Fiscal Eletrônica, esses custos se iniciam antes da própria obrigatoriedade, quando se obtém a certificação digital. A diferença é que não finaliza, pois como se trata de tecnologia, se faz necessário um acompanhamento periódico em seus equipamentos.

Para que a mercadoria possa circular normalmente, é necessário que a mesma esteja acompanhada do Documento Auxiliar da Nota Fiscal Eletrônica-DANFE. Este documento não tem a mesma validade de uma nota fiscal, apenas é um instrumento auxiliar da NFe. A presença desse documento não isenta a responsabilidade que o contribuinte tem de conferir e consultar, através do portal da NF-e, a validade da transação. (Ajuste SINIEF07/2005)

Com a chegada do Projeto SPED e NE-e as rotinas contábeis tem se modificado. Muitos profissionais da área contábil assim como os donos de empresa, não utilizam da tecnologia para movimentar sua empresa e com a chegada da era digital na contabilidade tudo passa a ser diferente. O projeto SPED vem para mudar o perfil do profissional contábil de que o contador é um mero coadjuvante nesse universo infinito que é a contabilidade, as

mudanças passaram a fazer parte na vida dos contadores como um caminho sem volta impulsionando e valorizando cada vez mais o profissional contábil.

2.8 NFS – e Nota Fiscal de Serviços Eletrônica

Considerando também um dos projetos do SPED, a NFS-e (Nota Fiscal de Serviços Eletrônica) foi desenvolvida de forma integrada pela Receita Federal do Brasil (RFB) e Associação Brasileira das secretarias de Finanças das Capitais (Abrasf) e trata-se de um documento de existência digital, gerado e armazenado eletronicamente em Ambiente Nacional pela RFB, pela Prefeitura ou por outra entidade conveniada para documentar as operações de prestação de Serviços.

Assim como os demais projetos a NFS-e também visa à padronização e melhora na qualidade das informações e racionalização dos custos gerando maior eficácia.

O seu funcionamento e geração, cuja responsabilidade é do contribuinte, dependerá de informações que a compõe, as quais são analisadas, validadas e, se corretas gera o documento.

Os serviços pelos quais é gerada a nota fiscal de serviço eletrônica são disponibilizados pela respectiva secretaria municipal de finanças que em caso de contingência que impeçam sua geração terá a disposição o Recibo Provisório de Serviços (RPS) como solução. Este por sua vez, trata-se de um documento de posse e responsabilidade do contribuinte que deverá ser gerado manualmente ou por alguma aplicação local, com numeração seqüencial crescente que deverá ser convertido em NFS-e, além de possíveis contingências, esse documento também poderá ser usado pelos contribuintes que não dispuserem de infra-estrutura de conectividade com a secretaria em tempo integral. Para tanto um lote de documentos poderá ser gerado e encaminhado para processamento e geração da NFS-e.

Diferente da NF-e, a NFS-e não admite correções após sua geração, nesse caso a mesma deverá ser cancelada ou substituída de acordo com a necessidade.

A discriminação dos serviços prestados na NFS-e, deverá obedecer a lista de serviços anexa a Lei Complementar nº 116, de 2003, acrescida daquelas que foram vetados, e de um item “9999” para “outros serviços” sendo possível a inclusão de mais de um serviço de discriminação diferente para o mesmo tomador. As informações quanto à identificação do tomador também são obrigatórias para a pessoa jurídica, exceto quando se tratar de serviços

prestados para o exterior. Já na questão de emissão da NFS-e no que se refere à competência, o mês de ocorrência do fato gerador é considerado referencia para emissão, sendo permitido retroagir a competência anterior na ocasião ao seu preenchimento.

Quanto às exigências acima colocadas, as mesmas encontram-se discriminadas no site da Receita Federal do Brasil na pagina direcionada a apresentação dos projetos SPED e também no protocolo de Cooperação ENAT nº 02, de 07 de setembro, que trata do desenvolvimento e implantação do projeto da NFS-e.

2.9 Arrecadação de impostos Estaduais mediante emissão de Documento Fiscal

Toda transação comercial onde haja circulação de mercadoria ou prestação de serviço de transporte interestadual está sujeita ao Imposto sobre operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal-ICMS, conforme decreto nº. 13.640 de 13 de novembro de 1997 (Regulamento o ICMS – RICMS). O documento que formaliza a circulação de mercadoria ou prestação de serviço é a Nota fiscal em seus diversos modelos – M-1, D-1, A-1 e M-2 entre outras, conforme Art. 395 do referido decreto.

A nota fiscal é um documento que tem por finalidade a transferência de propriedade sobre um bem ou atividade comercial prestada, seja por pessoa jurídica ou física. Nas situações e que haja circulação de mercadoria, teremos em destaque obrigatório por lei, a base de cálculo do ICMS, que na maioria das vezes é o próprio valor da mercadoria, com isso a nota fiscal passa a destinar-se a recolhimento de impostos, onde a não utilização caracteriza uma sonegação fiscal. (SET/RN, 2011)

Conforme comentado anteriormente, a Nota Fiscal é usada para o recolhimento dos impostos, sendo de responsabilidade de cada contribuinte o repasse do valor referente a cada imposto aos órgãos de competência. O não repasse dos impostos é considerado crime chamado de sonegação fiscal onde, para regularizar sua situação perante o fisco, o contribuinte é obrigado a pagar multas de valor determinado por lei, podendo acarretar no fechamento do estabelecimento.

O que diferencia a Nota Fiscal de modelo 1 para o modelo 1-A é apenas o leiaute dos formulários. O formato da Nota Fiscal de modelo 1 é retrato, servindo para a entrada e saída de mercadoria, já o formato da Nota Fiscal de modelo 1-A é paisagem, servindo apenas para venda que já sai da gráfica com uma marcação no nome venda. Os dois modelos

seguem as instruções da Receita federal e da legislação tributária, contendo todas as informações necessárias.

De acordo com o Art. 2^a do Decreto 13.640/1997 RICMS, considera-se ocorrido o fato gerador do imposto no momento da saída da mercadoria de seu local de origem, do fornecimento de alimentação, bebidas e outras mercadorias por qualquer estabelecimento, incluídas os serviços prestados e da transmissão a terceiro da propriedade de mercadoria depositada em armazém geral ou em depósito fechado, localizado no Estado do tramite.

A arrecadação de impostos estaduais se dá por meio da emissão do documento fiscal, com isso a não emissão de tal documento leva o micro contribuinte a cometer “sonegação fiscal”. (Art. 340 RICMS/RN)

Toda transação comercial deve estar acompanhada de uma nota fiscal, devendo estar devidamente preenchida, pois o recolhimento do imposto devido sobre a mercadoria é apurado mediante informações contidas na mesma (Art. 340 RICMS/RN).

Mesmo com toda esta modernização na escrita fiscal, a arrecadação de impostos estaduais continua da mesma maneira. Para obter a guia de recolhimento dos impostos, ainda se faz necessário o envio da Guia de Informações Mensais-GIM, só após este envio torna-se possível o pagamento do ICMS. (Art. 578 RICMS/RN)

A mudança ocorre apenas no aumento da arrecadação fiscal no Estado, pois com essa nova sistemática, não se consegue mais sonegar, já que o fisco está cada vez mais próximo.

“Todas essas mudanças, se vistas individualmente pelas empresas, tem impacto direto na tecnologia da informação, grande aliada no tratamento e apresentação dos dados, além de oferecer a própria mídia para armazenamento das informações e também para o envio dos dados aos órgãos públicos” (Revista TI Inside, 2008, p.21)

2.9.1 Obrigatoriedades versus Dificuldade

A obrigatoriedade da NF-e foi distribuída aos poucos, de acordo com a atividade de cada contribuinte. Essa distribuição teve início 2007, com o protocolo de ICMS 10, que estabeleceu tal obrigatoriedade para os fabricantes de cigarros e distribuidoras de combustíveis líquidos. Assim, aos poucos, todos os contribuintes estão sendo obrigados a emitir a NF-e, pois a meta do fisco é que, até dezembro de 2010 todos os contribuintes passem a emitir NF-e.

À medida que aconteciam os encontros entre os representantes das SEFAZ do país, eram estabelecidos os ramos de atividades que seriam obrigados a entrar nesta “era digital”, tudo com seu embasamento legal.

Para as micro-empresas, esta obrigatoriedade foi vista como uma despesa que não foi orçada, pois ainda existem contribuintes que não estão lado a lado com a tecnologia, e para aderir a uma inovação desse porte, tiveram que atribuir total atenção e voltar o máximo de recursos uma vez que, para emitir a NF-e não basta apenas ter um computador conectado a internet, mas também uma equipe de profissionais capacitados.

O contribuinte obrigado a emitir a NF-e tem que passar por alguns processos iniciais, antes da primeira emissão. É necessário adquirir um certificado digital com o qual assinará as notas fiscais eletrônicas sendo que os modelos mais comuns são o A1 e o A3. Os certificados que devem ser adquiridos pelas empresas é o do tipo e - CNPJ ou e-PJ. (Ato COTEPE 14/2007)

Após a certificação digital, se faz necessário ter como transmitir as NF-e; para o contribuinte que não possui um software emissor de notas fiscais eletrônicas. A SEFAZ disponibiliza um software emissor gratuito, que foi desenvolvido pela SEFAZ/SP e é utilizado em todo país, disponibilizado para download no portal nacional da NF-e.

Conforme (Protocolo ICMS 42/2009), em 1º de Dezembro de 2010 todos os contribuintes deverão passar a emitir a NF-e. Dessa forma, todos passarão a ter um custo maior para executar em seu dia-a-dia esta emissão e manter sempre seu setor de TI atualizado e preparado para atender a qualquer eventualidade que porventura possa aparecer, pois após a primeira NF-e emitida, não é permitido emitir uma nota fiscal em formulário contínuo ou manual conforme se fazia antes dessa obrigatoriedade e, em casos de descumprimento da lei, serão aplicadas as penalidades cabíveis à infração cometida.

De qualquer maneira, todos os contribuintes terão que aderir à NF-e, conforme protocolo ICMS 42/09, passando a investir mais na área tecnologia nos seus estabelecimentos. Para a maioria dos contribuintes este é um passo a ser dado de maneira criteriosa, viabilizando o custo com todos os processos, desde as instalações de toda infraestrutura necessária, até a capacitação do pessoal que passará a participar da “era digital” diariamente.

É importante ressaltar que tais investimentos são necessários para o desenvolvimento da NF-e, para que tudo aconteça conforme a legislação.

Podemos observar que o projeto SPED é um caminho sem volta onde cada vez mais o fisco exige qualidade nas informações, pois uma vez enviada uma informação por meio

eletrônico, toda e qualquer alteração relacionada a essa informação deverá ser por meio eletrônico.

Todas as empresas terão, nos próximos anos, de buscar soluções de TI para se integrar ao projeto da NF-e afirma José Adriano, diretor de soluções da IOB, como também é importante destacar que a adesão ao sistema inclui também uma mudança cultural e a revisão de processos.

Segundo Baliminut (2009), os investimentos em TI podem ser compensados no curto prazo com a redução de gastos para a manutenção dos atuais procedimentos analógicos. Uma das maiores gráficas do mundo, a norte-americana RR Donnelley, que tem um faturamento global de cerca de US\$ 14 bilhões e fornece notas fiscais para 50 mil empresas em todo o Brasil, já se reinventou para atender um novo mercado dominado por informações digitais e hoje fornece sistemas para emissão de NF-e, em todos os países onde atua, a gráfica tem buscado parceiro em TI e tratado de oferecer novas soluções. (BALIMINUT, 2009, p.6)

2.9.2 CT-e - Conhecimento de Transporte Eletrônico

Conceituado como um documento de existência exclusivamente digital, emitido e armazenado eletronicamente, o CT-e foi criado com o intuito de documentar as prestações de serviços de transporte. Para o cumprimento da afirmação acima ele será utilizado para substituir os seguintes documentos fiscais:

- a) Conhecimento de Transporte Rodoviário de Cargas, modelo 8;
- b) Conhecimento de Transporte Aquaviário de cargas, modelo 9;
- c) Conhecimento Aéreo, modelo 10;
- d) Conhecimento de Transporte Ferroviário de Cargas, modelo 11;
- e) Nota Fiscal de Serviços de Transporte Ferroviário de Cargas modelo 27;
- f) Nota Fiscal de Serviço de Transporte, modelo 7, quando utilizada em transporte de cargas.

O projeto Conhecimento de Transporte Eletrônico (CT-e) foi desenvolvido de forma integrada, pelas Secretarias da Fazenda dos Estados e Receita Federal do Brasil, sendo também um projeto integrante do SPED.

Os contribuintes Credenciados deverão emitir o CT-e, observando as disposições relativas à emissão de documentos fiscais por sistema eletrônico de processamento de dados,

utilizando-se para isso da assinatura digital através do certificado digital emitido dentro da cadeia de certificação da Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileiras – ICP Brasil.

Assim como os demais projetos do SPED, o CT-e também deverá ser emitido, gerado processado e finalmente validado, contando para isso com o Manual de Integração do Contribuinte do Conhecimento de Transporte Eletrônico – CT-e disponível em Ato Cotepe /ICMS/ 08/08.

Como o exposto aqui é somente uma introdução de apresentação do CT-e, sugere-se que outras informações e um conhecimento mais detalhado do mesmo sejam buscados no site www.fazenda.gov.br/confaz, onde será encontrada toda legislação pertinente ao assunto.

2.9.3 E-LALUR

Em 24 de Dezembro de 2009, foi publicada a Instrução Normativa RFB nº 989/2009 que institui o Livro Eletrônico de Escrituração e Apuração do Imposto sobre a Renda e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido da Pessoa Jurídica Tributada pelo Lucro Real (e-Lalur).

Segundo o art. 2º do texto legal, a escrituração e entrega do e-Lalur, referente à apuração do Imposto sobre a Renda das pessoas Jurídicas (IRPJ) e da contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), será obrigatória para as pessoas jurídicas sujeitas a apuração do Imposto sobre a Renda pelo Regime do Lucro Real.

A obrigatoriedade do e-Lalur terá início a partir do ano calendário 2011 e deverá ser apresentada pelos estabelecimentos matriz da pessoa jurídica, até o final do último dia útil do mês de junho do ano subsequente ao ano-calendário de referência, ou seja, os dados inerentes ao exercício de 2011 deverão ser apresentados até o dia 30/06/2012.

O e-Lalur deverá ser entregue até o último dia útil do mês subsequente ao da ocorrência do evento, nos casos de cisão total ou parcial, fusão, incorporação ou extinção. Excepcionalmente, para os eventos mencionados que ocorrem entre 1º de Janeiro de 2011 e 31 de abril de 2012, o e-Lalur poderá ser entregue no prazo mencionado no parágrafo anterior.

O objetivo do sistema é eliminar a redundância de informações existentes na escrituração contábil, no Lalur e na DIPJ, facilitando o cumprimento da obrigação acessória de forma simplificada.

Ao importar os dados da contabilidade, o e-Lalur ficam dispensadas, em relação aos fatos ocorridos a partir de 1º de Janeiro 2010, da escrituração do Livro de Apuração do Lucro Real no Modelo e normas estabelecidos pela Instrução Normativa SRF nº 28, de 13 de junho de 1978, e da utilização do programa Validador e Assinador da entrada de Dados para o FCont de que trata a Instrução Normativa RFB nº 967, de 15 de outubro de 2009.

2.9.4 EFD PIS E COFINS

Sendo parte integrante também do projeto SPED a DOU de 07/07/2010 institui a Escrituração Fiscal Digital da Contribuição para o PIS/PASEP e da contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) – (EFD –PIS /COFINS), para fins fiscais de acordo com o disposto nesta instrução normativa.

Com a EFD PIS/COFINS e possível cruzar os dados enviados pelas empresas com os pedidos de compensação e ressarcimento das duas contribuições. A malha fina funcionará apenas para os pedidos de compensação e ressarcimento, em médio prazo, o cruzamento de dados digitalizados tende a eliminar a ação dos fiscais na identificação de evasão, sonegação e fraude e tornará mais eficaz a análise de compensações e ressarcimento de créditos tributários.

Instituída pela Instrução Normativa RFB nº 1.052/2010 é a novidade das obrigações acessórias digitais e o próximo grande desafio dos profissionais ligados a área fiscal.

Os contribuintes deverão se preparar para geração de um arquivo com cerca de 150 registros e mais de 1000 campos com as mais diversas informações acerca das contribuições Federais.

A forma de apresentação, documentação de acompanhamento, especificações técnicas do arquivo digital, tabelas de códigos internas e regras de validação foram definidas através de Ato Declaratório Executivo (ADE) COFIS nº 34/2010 alterado pelo Ato Declaratório Executivo (ADE) COFIS nº 37/2010.

A EFD-PIS/COFINS deverá ser transmitida mensalmente ao SPED até o 5º dia útil do 2º segundo mês subsequente a que se refira à escrituração, sendo que os serviços de recepção será encerrado as 23h59min59s horário de Brasília.

Em relação aos fatos geradores ocorridos a partir de 1º de abril de 2011, as pessoas jurídicas sujeitas a acompanhamento econômico-tributário diferenciado, nos termos da portaria RFB nº 2.923, de 16 de dezembro de 2009, e sujeitas à tributação do imposto sobre

a renda com base no lucro real; (Redação dada pela IN RFB nº 1.085, de 19 de novembro de 2010).

Em relação aos fatos geradores ocorridos a partir de 1º de julho de 2011, as demais pessoas jurídicas sujeitas à tributação do imposto sobre a Renda com base no lucro Real;

Em relação aos fatos geradores ocorridos a partir de 1º de janeiro 2012, as demais pessoas jurídicas sujeitas à tributação do imposto sobre a Renda com base no lucro presumido ou arbitrado.

Fica facultada a entrega da EFD –PIS/COFINS as demais pessoas jurídicas não obrigadas, nos termos deste artigo em relação aos fatos geradores a partir de 1º de abril de 2011. (Redação dada pela IN RFB nº 1.085, de 19 de novembro de 2010).

2.9.5 FCONT (Controle fiscal contábil de transição)

Por meio da instrução Normativa nº 949, publicada no DOU 17.06.2009, a Secretaria da Receita Federal do Brasil RFB regulamentou o Regime Tributário de Transição (RTT) e instituiu o Controle Fiscal Contábil de Transição (FCONT).

O FCONT, conforme previsto, é uma escrituração, das contas patrimoniais e de resultados, em partida dobradas, que considera os métodos e critérios contábeis aplicados pela legislação tributária. A utilização do FCONT é necessária a realização dos ajustes fiscais, não podendo ser substituído por qualquer outro controle ou memória de cálculo.

Portanto, as alterações introduzidas pela lei nº 11.638, de 28 Dezembro de 2007, e pelos artigos 37 e 38 da lei 11.941, de 27 de Maio de 2009, que modifiquem o critério de reconhecimento e receitas, custos e despesas computadas na escrituração contábil, para apuração do lucro líquido do exercício definido no artigo 191 da lei 6.404, de 15 de Dezembro de 1976, não terão efeitos para fins de apuração do lucro real e da base de cálculos da contribuição social sobre o lucro líquido (CSLL) da pessoa jurídica sujeita Ao RTT, devendo ser considerados, para fins tributários, os métodos e critérios contábeis vigentes em 31 de Dezembro de 2007. (IN RFB 949/09).

2.9.6 CERTIFICADO DIGITAL

O Certificado digital é um documento eletrônico que tem por finalidade permitir transações no mundo virtual, identificando a pessoa jurídica ou a pessoa física. O certificado digital deve ser emitido por uma entidade credenciada pela Infra-Estrutura de Chaves Públicas Brasileiras - ICP Brasil (RIBEIRO. 2007)

A sua emissão e utilização foi regulamentado pela medida Provisória nº 2. 200-2 de 24 de Agosto de 2001. este regulamento institui a ICP Brasil, com o intuito de garantir a autenticidade, a integridade e a validade jurídica dos documentos eletrônicos (DUARTE 2009).

Destaca-se o certificado A1 e A3, neste o nível de segurança é médio a alto, gerado e armazenado em um hardware criptográfico, mediante um cartão inteligente ou token. Somente o detentor da senha de acesso pode utilizar a chave publica e as informações não pode ser copiadas ou reproduzidas, já aquele o nível de segurança é menor, gerado e armazenado no computador do usuário. Os dados são protegidos por uma senha de acesso. Através dessa chave de acesso, é possível acessar, mover e copiar a chave privada a ela associada (RIBEIRO, 2007).

2.9.7 Retificação da EFD

Assim como todas as demais obrigações exigidas dos contribuintes, a EFD – Escrituração Fiscal Digital também é passível de retificações em caso de erro ou omissão de informações.

De acordo com o afirmado acima, o contribuinte poderá retificar a EFD relativa ao período de referência que já tenha sido recepcionado regularmente pela Secretaria da Fazenda, observando os seguintes itens:

- a) Caso necessite ser retificado, um novo arquivo deverá ser gerado contendo todas as informações relativas ao período, incluindo aqueles objeto de retificação, considerando para tanto o respectivo código da finalidade do arquivo conforme previsto no leiaute;
- b) Enviar a Secretaria da fazenda, o arquivo digital retificado, em substituição ao ultimo arquivo digital da EFD enviado anteriormente;
- c) O prazo para retificação do arquivo, independente de autorização da Secretaria da Fazenda, será 60 dias após o vencimento do prazo legal de entrega do arquivo;

d) Ultrapassado o período de 60 dias, a retificação dependerá de autorização da Secretaria da Fazenda, quando desta resultar cumulativamente ou isoladamente a diminuição do imposto a pagar, aumento de saldo credor do imposto a ser transportado para o próximo período e ainda alteração do valor de entradas ou saídas;

e) O pedido de autorização para retificação deverá ser protocolizado perante a Unidade Regional de Tributação ao qual estiver vinculado o estabelecimento, acompanhado do demonstrativo da retificação da EFD constando o resumo das alterações a serem efetuadas, cópia do protocolo que confirme a recepção anteriormente do arquivo da relativa competência e também do protocolo atual de retificação e por último o Documento de Arrecadação Estadual – DARE.

f) Decorrido o prazo de 90 dias do prazo da entrega do arquivo digital da EFD, em qualquer caso, a retificação dependerá obrigatoriamente de autorização da Secretaria da Fazenda ;

g) Quando necessária a autorização para retificação, o arquivo recepcionado ficará pendente de homologação da autorização para finalizar o processamento de arquivo substituto;

h) Caso não seja cumprido o disposto nos itens anteriores, a substituição do arquivo retificador será considerada inválida;

i) A reconstituição da escrituração fiscal, relativa ao período de apuração necessitado de retificação, não dependerá da autorização ou homologação por parte da Secretaria da Fazenda.

A responsabilidade pela decisão da autorização ou não da retificação ficará atribuída ao Chefe do Posto Fiscal que recepcionou o pedido, podendo ser transferida tal responsabilidade a outra autoridade de acordo com a distribuição do Delegado Regional Tributário.

Quando depende de autorização a retificação do arquivo será entregue ao ambiente nacional do SPED por meio do módulo de Serviços Fiscais do Posto Fiscal Eletrônico – PFE ao qual somente as autoridades competentes têm acesso. O contribuinte terá como comprovante da entrega do arquivo um protocolo fornecido pela autoridade responsável, e aguardará correspondência notificando-o sobre a autorização ou não da retificação.

Quanto a análise do pedido de retificação, além do exame em documentos apresentados pelo contribuinte poderão ser realizadas verificações fiscais, ficando a cargo da autoridade competente tal cumprimento.

Como a retificação é permitida a qualquer tempo, caso o debito apurado no arquivo recepcionado antes da retificação já esteja incluído na Dívida Ativa e, tal retificação resulte na diminuição desse valor, a autoridade responsável encaminhar a Procuradoria Geral do Estado os documentos da retificação bem como sua manifestação de deferimento ou não da mesma. Depois de avaliado pela Procuradoria Gera, está manifestará sua resposta favorável ou não. É extremamente importante explicitar aqui que, caso haja manifestação desfavorável por parte da Procuradoria e Favorável pela autoridade fiscal competente, a diferença do debito poderá ser creditada em débitos futuros respeitando a legislação pertinente ao aproveitamento do credito do imposto.

3 METODOLOGIA

3.1 DE PESQUISA QUANTO AOS OBJETIVOS

Este Trabalho teve como objetivo Analisar as dificuldades da empresa Comercial José Lucena Ltda. para a adesão do projeto SPED, demonstrando os efeitos causados e suas dificuldades dentro da empresa na implantação e no seu funcionamento.

De acordo com Edna e Estera (2001), dependendo do problema e objetivo determina-se a forma de pesquisa a ser utilizada, podendo ser de caráter exploratório, descritivo ou explicativo segundo os objetivos, quantitativas ou qualitativas quanto à abordagem do problema e quais procedimentos técnicos necessários a sua execução.

Este trabalho quanto aos objetivos, pode ser classificados como uma pesquisa exploratória. Para Edna e Estera (2001), pesquisa exploratória ocorre quando envolvem técnicas padronizadas como coleta de dados, questionários observação, ou seja, trabalha-se com levantamento de dados para a construção da resposta ao problema levantado.

3. 2 DE PESQUISA QUANTO AOS PROCEDIMENTO

Quanto aos procedimentos foi realizado através de estudo de caso, onde permitiu reunir muitas informações importantes, ricamente detalhadas de um único caso, possibilitando a aplicabilidade dos conhecimentos obtidos na teoria, sendo uma pesquisa participante e entrevista com os envolvidos no processo de implantação do projeto SPED para obtenção de dados

A empresa Comercial José Lucena passou a ser obrigada ao projeto SPED a partir de Janeiro 2010, diante dessa nova exigência do fisco a empresa teve que se adequar para o cumprimento das novas obrigações,

Todas as ciências caracterizam-se pela utilização de métodos científicos; em contrapartida, nem todos os ramos de estudo que empregam estes métodos são ciências. Dessas afirmações podemos concluir que a utilização de métodos científicos não é da alçada da ciência, mas não há ciência sem o emprego de métodos científicos. (LAKATOS; MARCONI, 2005, p.83).

A pesquisa quanto aos procedimentos também será bibliográfica dando suporte ao objeto de pesquisa.

Cervo e Bervian (1983, p. 55) definem a pesquisa bibliográfica como a que:

“explica um problema a partir de referencias teóricas publicadas em documentos. Pode ser realizada independentemente ou como parte da pesquisa descritiva ou experimental. Ambos os casos buscam conhecer e analisar as contribuições culturais ou científicas do passado existente sobre um determinado assunto, tema ou problema”.

3.3 DE PESQUISA QUANTO A ABORDAGEM DO PROBLEMA

Na abordagem do problema, este trabalho enquadra-se como uma pesquisa qualitativa. Segundo (GIL, 1991), a pesquisa qualitativa visa proporcionar maior familiaridade com o problema com vistas a torná-lo explícito ou a construir hipótese. Envolve levantamento bibliográfico, entrevistas com pessoas que tiveram experiência práticas com o problema pesquisado, análise de exemplos que estimulem a compreensão. Assume, em geral, as formas de pesquisa bibliográfica e estudo de caso.

Richardson (1999) afirma que abordar um problema qualitativamente pode ser uma forma adequada para conhecer a natureza de um fenômeno social, Portanto, o presente trabalho que tratará do projeto SPED, terá como classificação da sua investigação, um estudo exploratório com base na pesquisa participante, e através de entrevistas e questionários para conhecer experiências vividas na prática.

3.4 METODO DE COLETA DE DADOS

Para coleta de dados a pesquisa foi baseada em uma amostra, direcionada aos funcionários da empresa Comercial José Lucena Ltda., sendo aplicados 20 questionários contendo 12 perguntas com os envolvidos na implantação do projeto SPED. Gil (1999, p.100) define amostra como “subconjunto do universo ou da população, por meio do qual se estabelecem ou se estimam as características desse universo ou população”

Ou ainda, de acordo com Beuren (2006, p. 126) “Geralmente é utilizado em pesquisas de caráter exploratório ou qualitativo, em que há uma cobrança menor no nível de precisão de dados”

O estudo teve a empresa Comercial José Lucena Ltda. como objeto de estudo dando uma realidade de quais foram às dificuldades na implantação do projeto SPED.

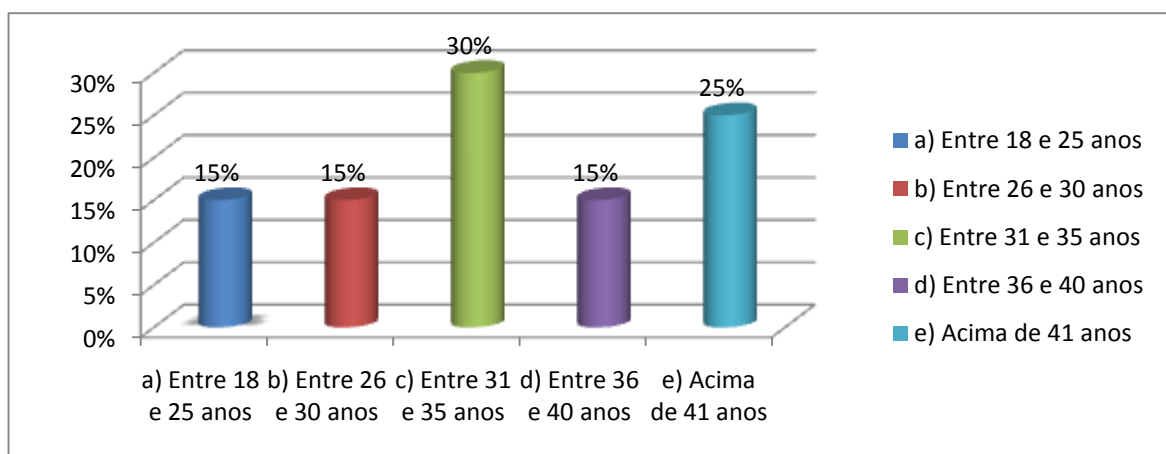
4 RESULTADOS E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Para análise dos dados foi aplicados um questionário de 12 questões sendo que as questões foram direcionadas há 20 funcionários da empresa Comercial José Lucena Ltda. envolvidos na implantação do projeto SPED. Destaca-se que o questionário é um conjunto de questões, que forneça subsídios para a geração de informações para alcançar os objetivos de um estudo (CHAGAS, 2000)

Para que fosse possível alcançar com êxito todas as respostas, todos os questionários foram entregues pessoalmente aos funcionários que participaram da implantação do projeto SPED na empresa Comercial José Lucena Ltda. Seja direta ou indiretamente mais que tiveram algum tipo de participação na implantação do SPED.

Após o recebimento dos resultados, iniciou-se a fase de tabulação dos dados, do software Excel, em seguida foi realizada a análise mediante a demonstração dos resultados nos gráficos, na análise de dados, Gil (1999) explica que o objetivo é organizar sistematicamente os dados de forma que possibilitem o fornecimento de respostas ao problema de investigação.

Gráfico 1: Qual a sua Idade?

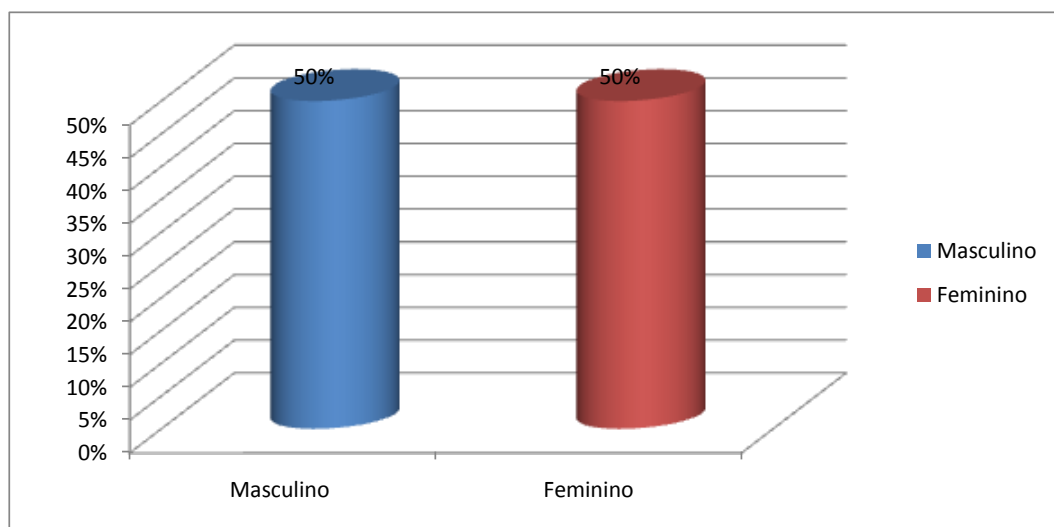


Fonte: Autor 2011

Foram analisados os dados obtidos sendo que as duas perguntas iniciais do questionário são a idade e o sexo, dessa forma o gráfico nos mostra que: 30% dos funcionários têm média de idade entre 31 a 35 anos sendo 50% do sexo feminino e 50% do sexo masculino, nesse caso o perfil da amostra nos evidencia que a empresa Comercial José

Lucena trabalha com funcionários de faixa etária acima, ou seja, um maior grau de maturidade, sendo que, alguns atuam a algum tempo na empresa.

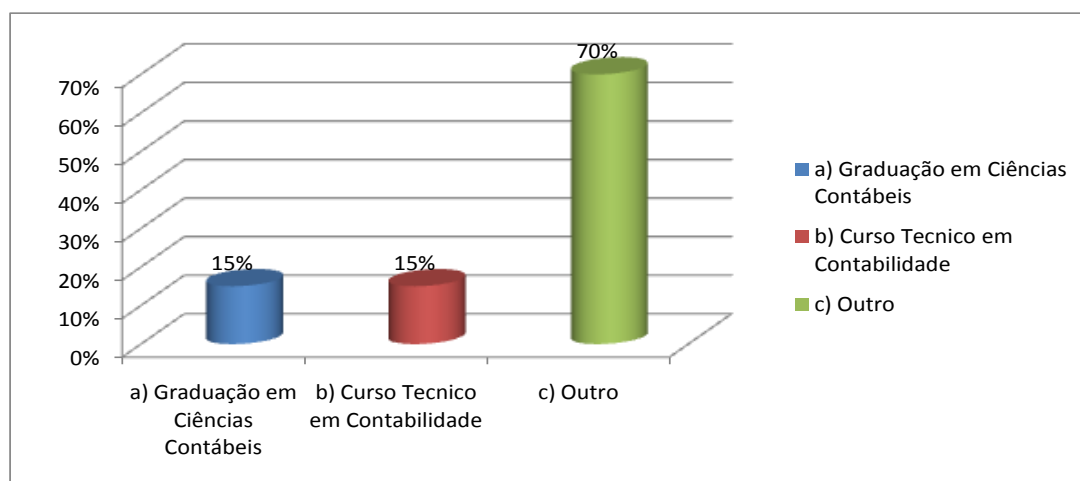
Gráfico 2: Qual o seu sexo?



Fonte: Autor 2011

No que tange ao gênero pode se observar que apesar da empresa ser dirigida por dois homens existe um equilíbrio na contratação dos funcionários, isso nos evidencia que as mulheres estão cada vez mais conquistando o seu espaço na contabilidade. Segundo Caetano (2010) no que diz respeito à contabilidade atualmente 37% dos profissionais dessa área são representados por mulheres.

Gráfico 3: Quanto a sua Formação?

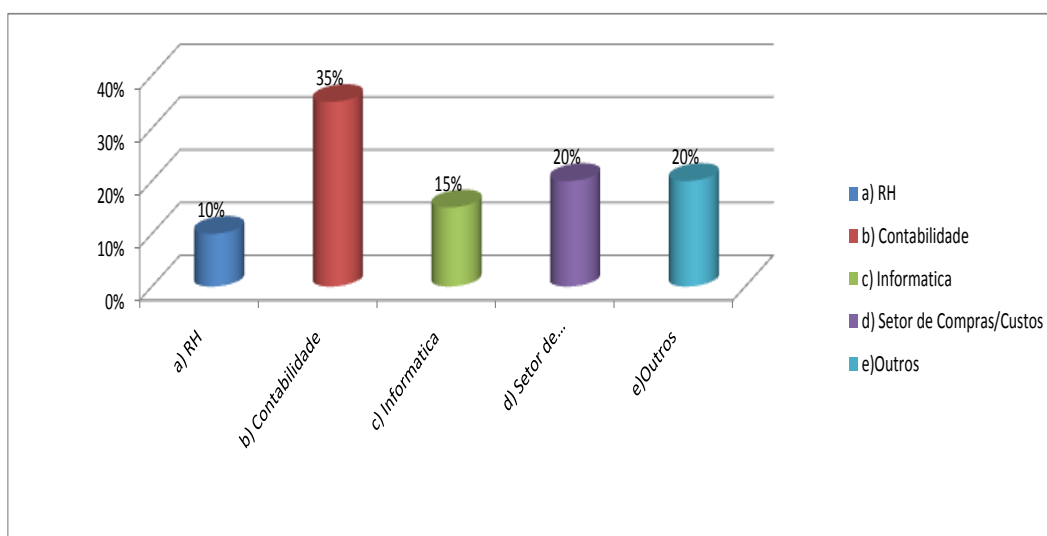


Fonte: Autor 2011

Destaca-se também que 15% apenas dos entrevistados responderam que tinha graduação em Ciências Contábeis e outros 15% curso técnico em contabilidade e 70% da amostra possui formação em outras áreas, tais como: Administração, Matemática, RH (GRAFICO 3). De acordo com a lei 12.249 de 11/06/2010, os técnicos em contabilidade já registrados em conselho Regional de contabilidade estão assegurados a exercerem sua profissão até junho de 2015.

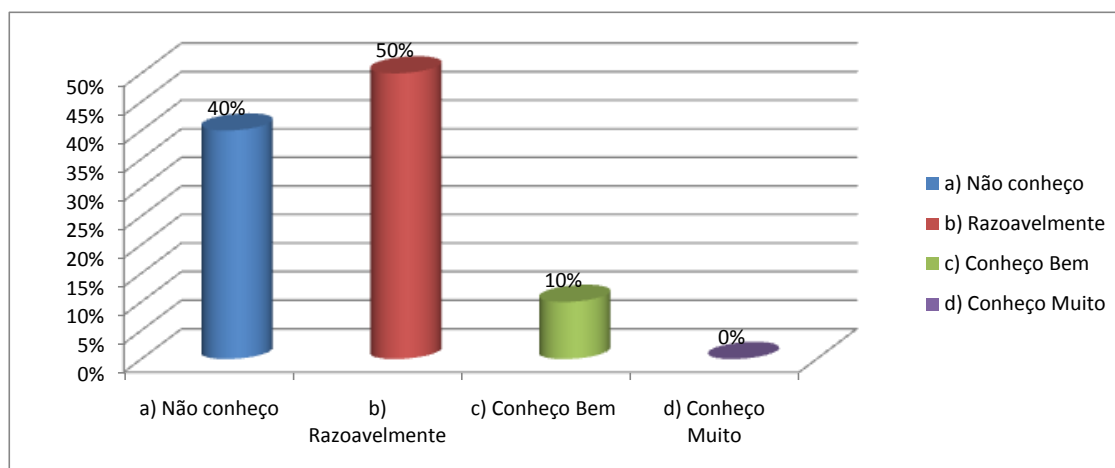
Desta forma é importante enfatizar que a maioria da amostra 70% não apresenta nenhum tipo de conhecimento na área, talvez devido a isso ainda seja possível encontrar dificuldades no SPED.

Gráfico 4 : Qual setor da Empresa Comercial José Lucena você atua?

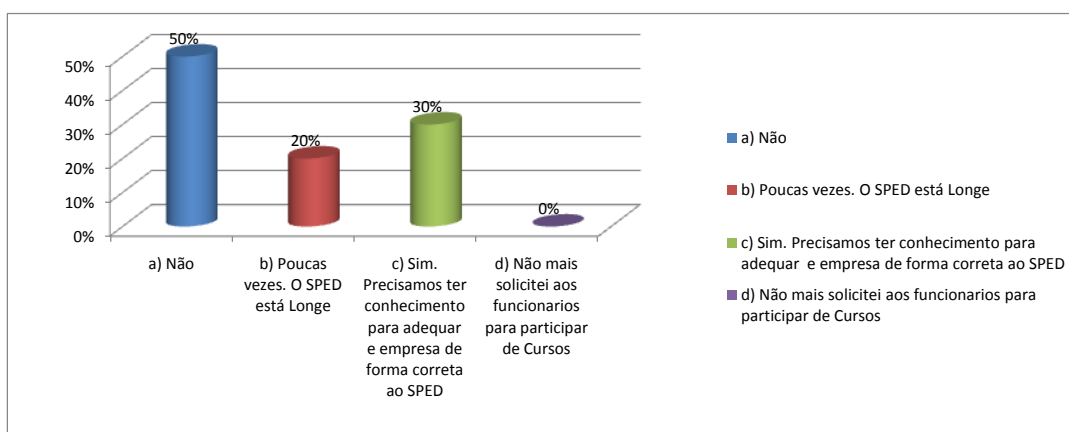


Fonte: Autor 2011

Como podemos observar 35% dos profissionais entrevistados são de outras áreas de atuação (Gráfico 4), mais que tiveram de estar envolvidos com a implantação do Projeto SPED, logo em seguida a contabilidade apresenta 20% da amostra, sendo de suma importância também nesse processo de implantação, já que a contabilidade está diretamente ligada ao objeto de pesquisa. Outros 20% estão no setor de compras e custos, setores também importantes como por exemplo o cadastro de produtos e os custos incorridos com os impostos no ato das compras. O setor de RH apresentou 10% da pesquisa, sendo que a participação das pessoas desse setor foi um pouco mais simples.

Gráfico 5 : Você tem conhecimento sobre o Sistema Publico de Escrituração Digital?**Fonte: Autor 2011**

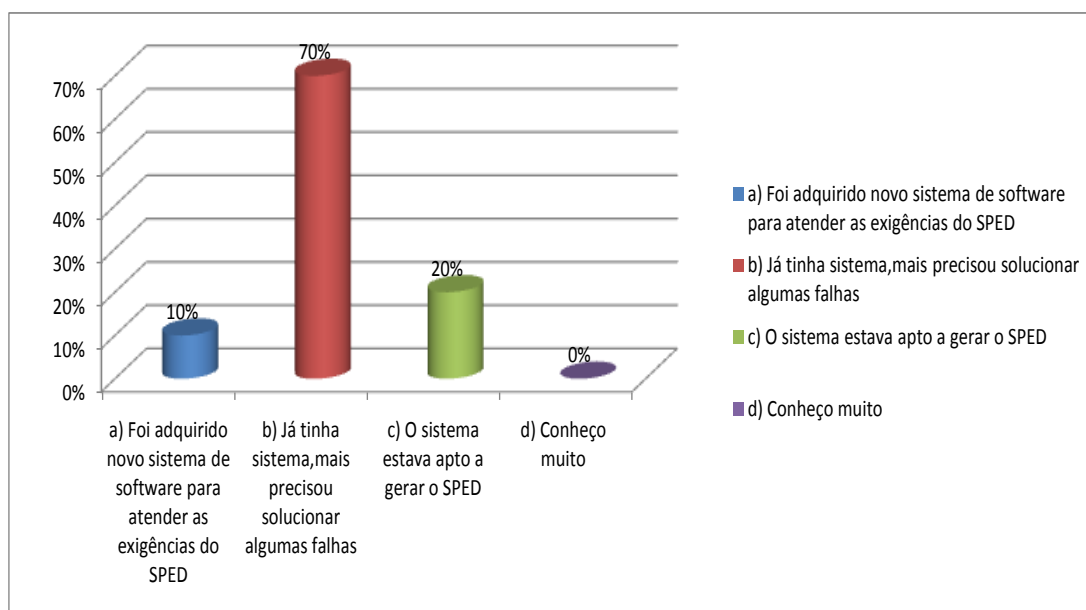
Os funcionarios entrevistados envolvidos na implantação do projeto SPED na Empresa Comercial José Lucena, afirmam em sua maioria que conhecem de forma razoavel o Sistema Publico de Escrituração Digital 50% e 40% das pessoas disseram desconhecer totalmente o SPED, ou seja é notorio a falta de preparo de alguns profissionais com o projeto SPED. É necessario buscar conhecer e melhorar o entendimento em relação ao assunto abordado. Tendo em vista que no futuro proximo, será inevitavel não entender do SPED. E penas 10% dos envolvidos na implantação estão aptos ao Sistema Publico de Escrituração Digital.

Gráfico 6 : Na implantação do SPED você participou de Cursos, Palestras ou possui algum informativo para se adequar ou para estar atento para novas mudanças?**Fonte: Autor 2011**

Outra questão abordada ainda com relação ao conhecimento sobre o SPED, foi abordar o nível de conhecimento dos funcionarios da Comercial José Lucena com relação ao SPED, como podemos observar a maioria dos profissionais entrevistados não tiveram nenhum tipo de preparação seja através de cursos, palestras ou informativos para adequação, constatou-se 50% (Gráfico 6).

Entende-se que é de suma importância, investir em conhecimento, pois é dessa forma que será possível atender todas as exigencias do Fisco como também trará melhorias para os processos internos da contabilidade da empresa. Os beneficios certamente serão maiores que os custos incorridos nesse processo pois haverá a possibilidade de se cometer menos erros.

Gráfico 7 : Na implantação do SPED houve necessidade de migração troca de sistema ou Software.

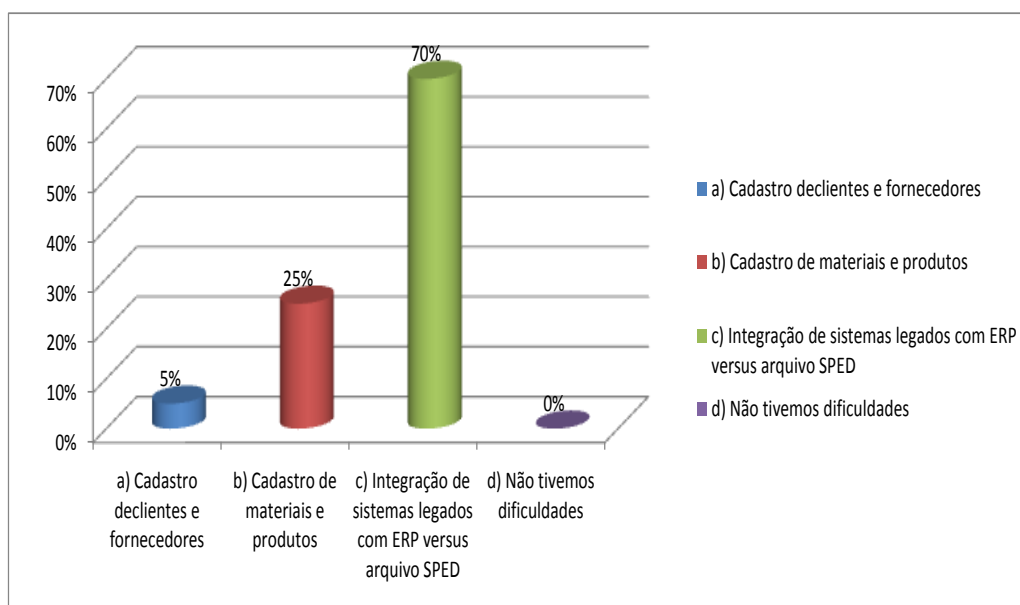


Fonte: Autor 2011

Com relação a necessidade de troca de sistema ou software, podemos constatar que 70% dos entrevistados informou que já tinha sistema, precisou apenas informar algumas falhas, já para 20% acredita que o sistema estava apto a gerar o SPED, sendo que esses funcionarios não participaram de forma direta com os programas.

Observa-se que o projeto Sped em tese é recente, e que é natural que se tem ainda dificuldades, o principal problema encontrado foi de fato como vimos nos resultados acima a falta de preparo dos profissionais durante a implantação, dificultando na parametrização do sistema para gerar os arquivos de forma correta.

Gráfico 8 : Na implantação do SPED qual dos itens abaixo resultou em maior dificuldade?

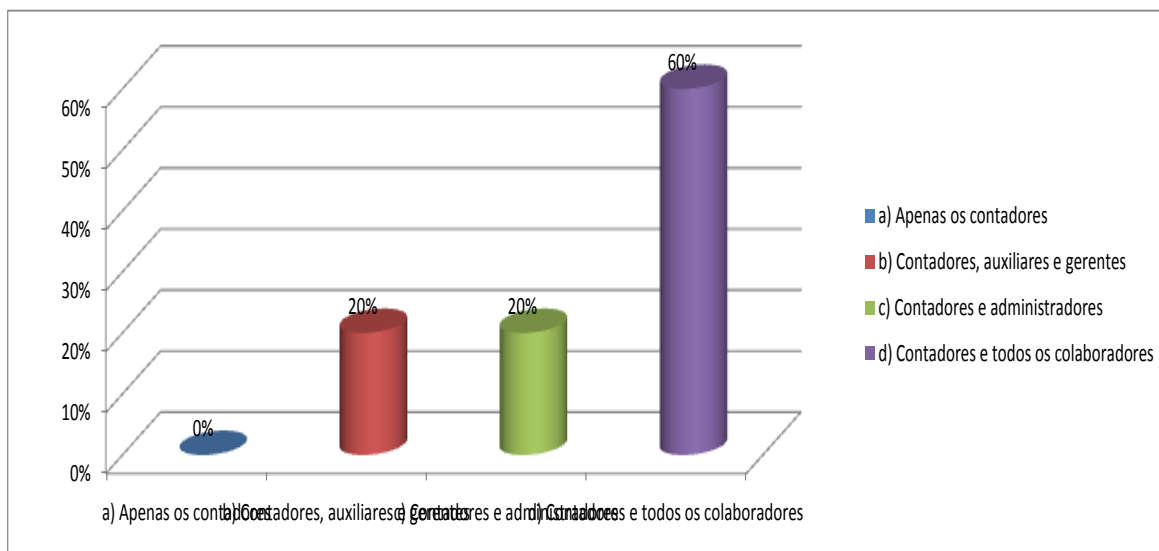


Fonte: Autor 2011

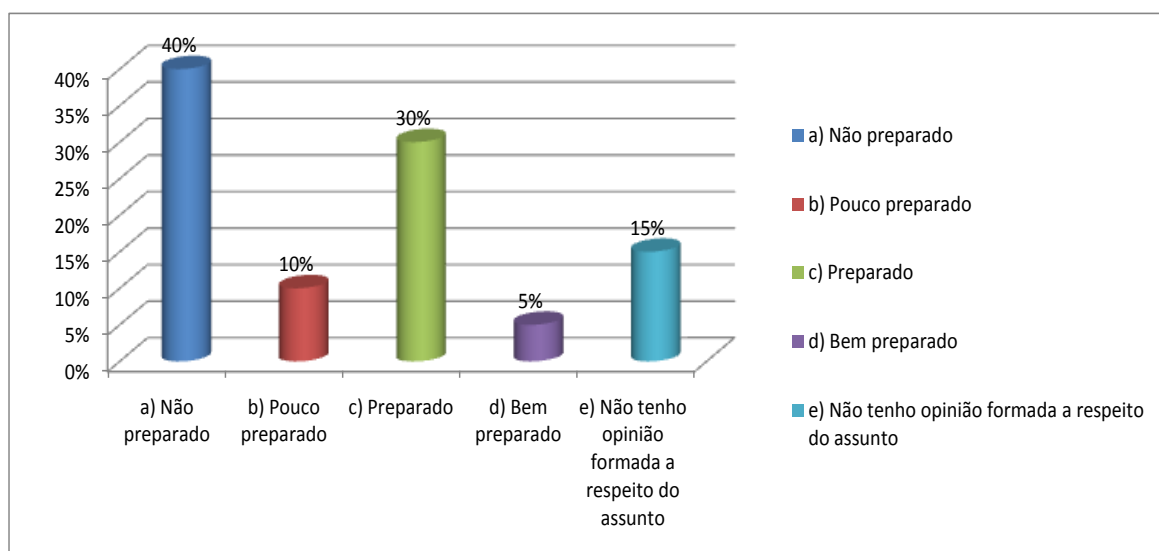
Sabemos que o SPED exige varias informações: NCM, cadastro de materiais e produtos, cadastro de clientes e fornecedores, entre outros, diante disso precisou saber qual dos itens do grafico acima teve maior dificuldade, logo 70% dos funcionarios responderam que a integração de sistema legados com ERP foi o maior entrave na geração do SPED, vale ressaltar que a Comercial José Lucena Ltda trabalha com a empresa Tecsoft ERP, sendo que essa empresa tem como seu carro chefe desenvolver sistema para Posto de Gasolina, dificultando o processo de integração já que somos uma empresa de material de construção.

Observamos tambem que houveram outras dificuldades como: cadastro de clientes e fornecedores 5%, cadastro de materiais e produtos 25%, desta forma devem acontecer melhorias para que as informações exigidas possam ser passadas com qualidade exigida pelo Fisco, tornando o processo cada vez mais otimizado.

Com o SPED a empresa deve aprimorar seus sistemas de forma integrada, para que todas as informações sejam facilitadas para o contador, tendo em vista que o governo terá várias informações podendo realizar auditoria sem a presença do fiscal na entidade.

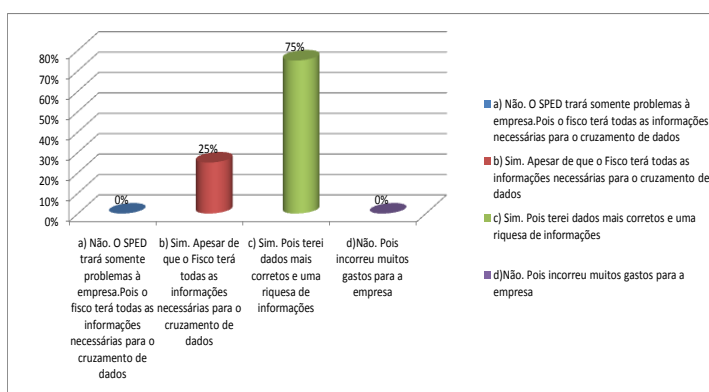
Grafico 9 : Quais funcionários foram envolvidos na implantação do SPED?**Fonte: Autor 2011**

Nessa pesquisa do total entrevistado o resultado mostra que 60% dos envolvidos na implantação do Projeto SPED foram contadores e a maioria dos colaboradores, ou seja hoje não é apenas o contador o único a estar envolvidos com esses novos processos e sim colaboradores de outras áreas participando ativamente do SPED, desta forma o Contador tem mais autonomia e tempo para outras atividades de grande importância também, deixando o operacional, para os demais colegas.

Grafico 10: Em sua opinião, você se considera preparado para trabalhar com SPED?**Fonte: Autor 2011**

Devido a falta de preparação dos funcionarios, constatamos que a maioria dos envolvidos no projeto SPED não estão preparados 40% (Grafico 10), poucos foram os colaboradores que participaram de curso, palestras como vimos nos resultados do (Grafico 6), dai se dá a total falta de preparação. Continuando com a anlise dos resultados apenas 30% se sentem preparados, sendo que esses colaboradores são da contabilidade, já os 5% que estão bem preparados são especificamente os colaboradores do setor fiscal, esses contratados com um grau de conhecimento melhor e oriundos de escritorios de contabilidade.

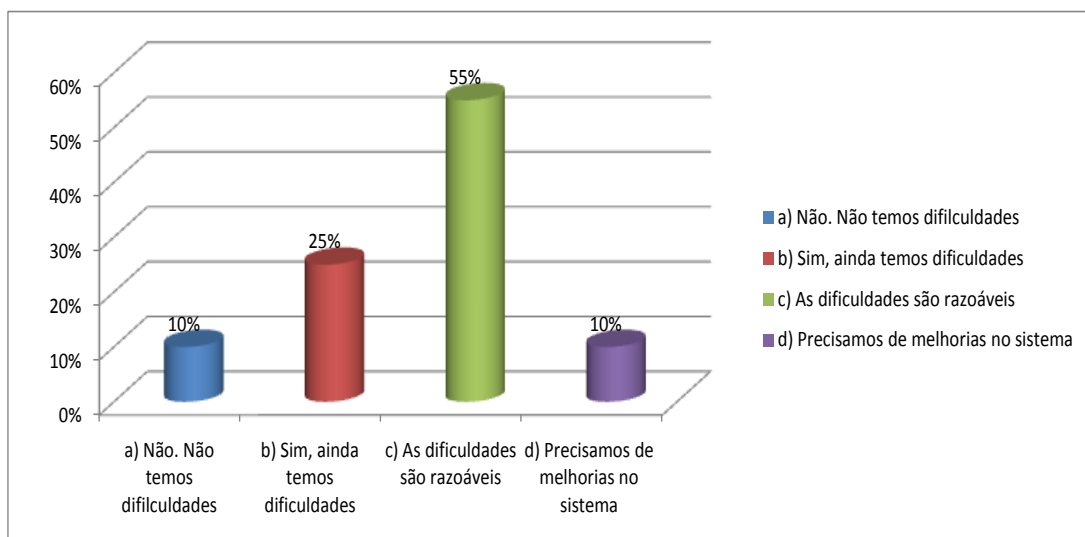
Gráfico 11: Você acha que o SPED influenciou de forma positiva para a empresa?



Fonte: Autor 2011

A pesquisa nos mostra que 70% dos funcionarios acreditam que o SPED irá influenciar de forma muito positivo dentro da Comercial José Lucena Ltda., pois com as riquezas de informações irá nos ajudar no processo de tomada de decisão e otimização de processos.

Diante de tantas transformações em nossa contabilidade, o profissional contabil passar a ser mais valorizado, pois não haverá mais espaço para digitação de informações, com tudo eletrônico passamos a ser analistas, e cada vez mais sendo parceiro do gestor da empresa, auxiliando com informações precisas na tomada de decisão,

Grafico 12: Atualmente ainda existe dificuldades com o SPED?**Fonte: Autor 2011**

Através do questionamento feito acima 55% responderam que as dificuldades existem porém são razoáveis, pode se observar que com o tempo, a empresa Comercial José vem se adequando melhor a geração das informações do projeto SPED, hoje além do sistema ERP Tecsoft, contratamos a Fortes Informatica para também nos auxiliar na geração dessas informações tendo em vista que muitos ajustes precisam ser realizados conforme o resultado nos mostra um índice de 10%, no momento atual está havendo uma maior abertura dos diretores em incentivar os colaboradores a participar de curso, palestras e congressos, desta forma agregar valor para Comercial José Lucena, se inteirando das mudanças, como também a compra de novos computadores, em resumo as dificuldades existentes são muito pequenas e passíveis de soluções rápidas.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O avanço tecnológico e a riqueza das informações contábeis vêm dando ao fisco novos mecanismos de controles fiscais, ao longo do tempo. Os Governos vêm aprimorando suas técnicas de controle e métodos de fiscalizar seus contribuintes para atender as exigências constitucionais e para aumentar ainda mais o seu controle sobre os contribuintes. O governo desenvolveu o Sistema Público e Escrituração Digital. O SPED teve inicialmente como principais subprojetos: a Nota Fiscal Eletrônica, SPED contábil e o SPED fiscal

A presente pesquisa teve por objetivo geral analisar as dificuldades da empresa Comercial José Lucena para a adesão do projeto SPED, mediante aplicação de questionário aos profissionais envolvidos nesse processo de implantação. Para atingir o objetivo geral foram feitas 12 questões distribuídas entre 20 colaboradores, à metodologia aplicada foi através de estudo de caso, sendo uma pesquisa exploratória onde na abordagem do problema se enquadrou como uma pesquisa qualitativa, pois foi em busca de entender algum fenômeno específico, descrevendo os fatos.

Com relação às dificuldades encontradas na empresa Comercial José Ltda. constatamos que apesar do SPED ser uma ferramenta rica em informações, houve dificuldades significativas principalmente no que diz respeito ao conhecimento sobre o SPED, desta forma apresentando como principais resultados encontrados são: os colaboradores envolvidos apresentaram não está bem preparado para trabalhar com o SPED. Também foi constatado que 50% desses colaboradores nunca participaram de nenhum tipo de curso, palestras ou algum tipo de informativo a respeito do assunto, já existia sistema, porém teve que ser feitas modificações principalmente para adequar ao layout exigido pelo SPED.

Ante o exposto, conclui-se que, o SPED deve ser tratado como uma mudança de cultura importante para as práticas contábeis e para as organizações, é fundamental a formação de um grupo dedicado ao projeto SPED, composto por especialistas em TI e tributários. Planejamento, testes e conscientização dos envolvidos são fatores críticos de sucesso do projeto SPED

Podemos destacar também que, é de grande valia este estudo no meio acadêmico, principalmente para o curso de ciências contábeis, visto que este assunto ainda é recente, porém um caminho sem volta. Outros trabalhos científicos poderão ser desenvolvidos nesta área, proporcionando assim contribuições para a disseminação do conhecimento.

REFERÊNCIAS

ALCAZAR, José Maria Chapina. Tecnologia Determinará novo cenário contábil. Extraído de: Conselho Federal de Contabilidade – 22 de abril De 2009. Disponível em: <http://www.jusbrasil.com.br/noticias/1015441/tecno> Acesso em 16 set. 2011.

AZEVEDO, O. R.; MARIANO, P. A. **Sistema público de escrituração digital**. 2. Ed. São Paulo: IOB, 2010.

AZEVEDO, Osmar Reis; MARIANO, Paulo Antônio. SPED Sistema Publico de Escrituração Digital. 2 ed.São Paulo: IOB,2009.

BEAL, Adriana. Introdução à gestão de Tecnologia da informação. 2beal. Org. Disponível em: http://2wtx.com/2beal/ti/manuais/GTI_INTRO.PDF. Acesso em 16 set. 2011.

BRASIL, Receita Federal: Perguntas Frequentes NF-e Disponível em: < <http://www.nfe.fazenda.gov.br/PORTAL/perguntasfrequent.es.aspx>> Acesso em: 29 jul.2011.

BALAMINUT, **Tempos Modernos**. Revista Razão Contábil Ano 2009.

CARVALHO, Jackeline. Será um novo bug? Revista TI Inside.

CERVO, A. L.; BERVIAN, P. A. **Metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2002.

DUARTE, Roberto Dias. SPED, NF-e, ERP, Tecnologias, gestão e a Era do Conhecimento. Disponível em: <http://www.robertodiasduarte.com.br/>. Acesso em 16 set. 2011.

HOSS, Osni. Contabilidade: Ensino e Decisão. São Paulo: Atlas, 2008.

JAMESON, Fredric. "Pós-Modernidade e Sociedade de Consumo". In São Paulo, "Novos Estudos CEBRAP" no. 12 junhos de 1985.

Jus Navigandi, Teresina, ano 12, n. 1681, 7 fev. 2008. Disponível em: <http://jus2.uol.com.br/doutrina/texto.asp?id=10920> acessado em 16 set 2011

LEITE, F. T. **Metodologia científica**: iniciação à pesquisa científica, métodos e técnicas de pesquisa, metodologia da pesquisa e do trabalho científico (monografia, dissertações, teses, e livros). Fortaleza: Universidade de Fortaleza, 2004.

MARINHO, Wendel. Revolução Digital no meio Empresarial e Contábil,

MARCONI, M. de A.; LAKATOS, E. M. **Fundamentos de metodologia científica**. 6. Ed. São Paulo: Atlas, 2005.

OLLER, Newton, "Coleção SPED", São Paulo, IOB, 2010.

RIO GRANDE DO NORTE, Secretaria de Estado da Tributação: Legislação Disponível em: <<http://www.set.rn.gov.br/>> Acesso em: 29 jul.2011.

SECRETARIA DE ESTAO DA TRIBUTAÇÃO DO RN. Cartilha de perguntas e respostas sobre NF-e. Disponível em: www.set.rn.gov.br

SILVA, Edna Lúcia da, MENEZES, Eстера Muszkat. Metodologia da Pesquisa e elaboração de dissertação. 4. ed. Florianopolis: UFSC, 2005. Disponível em: <http://tccbiblio.paginas.ufsc.br/files/2010/09/024_Metodologia_de_pesquisa_e_elaboracao_de_teses_e_dissertacoes.pdf> Acesso em: 25 ago. 2011

IUDÍCIBUS, Sérgio de. Contabilidade Introdutória. 10. Ed. São Paulo: Atlas, 2006.

WITTGENSTEIN, Ludwig, "Investigações Filosóficas", Em "Os Pensadores, São Paulo, Nova Cultural, 199

APÊNDICE



LIGA DE ENSINO DO RIO GRANDE DO NORTE
FACULDADE NATALENSE PARA O DESENVOLVIMENTO DO RIO GRANDE DO
NORTE

Título da pesquisa: Uma Análise das Dificuldades de implantação do SPED na Empresa Comercial José Lucena Ltda.

Senhor (a) Diretor (a),

Esta pesquisa tem por objetivo subsidiar a elaboração da monografia de graduação em Ciências Contábeis de Jardson Miranda de Souza, RG nº 019.175.32 SSP/RN, sob a orientação da Profª Esp. Thereza Angélica Bezerra de Souza Santos do Departamento de Ciências Contábeis da Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do Rio Grande do Norte.

Por oportuno, agradecemos a vossa preciosa colaboração e nos colocamos a disposição para outros esclarecimentos que se façam necessária.

Profª Esp. Thereza Angélica Bezerra de Souza Santos – thereza@farn.br – 84 9985-1078

QUESTIONÁRIO

1º Qual sua idade:

- ☐ Entre 18 a 25 anos
- ☐ Entre 26 a 30 anos
- ☐ Entre 31 a 35 anos
- ☐ Entre 36 a 40 anos
- ☐ Acima de 41 anos

2º Qual seu sexo?

- ☐ Masculino ☐ Feminino

3º Quanto a sua formação?

- ☐ Graduação Ciências Contábeis
- ☐ Curso Técnico em Contabilidade
- ☐ Outro

Qual _____

4º Qual setor da empresa Comercial José Lucena você atua?

- ☐ RH
- ☐ Contabilidade
- ☐ Informática
- ☐ Setor de Compras/Custos
- ☐ Outros

5º Você tem conhecimento sobre o Sistema Público de Escrituração Digital SPED?

- ☐ Não conheço
- ☐ Razoavelmente
- ☐ Conheço bem
- ☐ Conheço muito

6º Na implantação do SPED você participou de cursos, Palestras ou possui algum informativo para se adequar ao SPED ou para estar atento para novas mudanças do SPED?

- ☐) Não
- ☐) Poucas vezes. O SPED está longe
- ☐) Sim. Precisamos ter conhecimento para adequar a empresa de forma correta ao SPED
- ☐) Não. mais solicitei aos Funcionários para participar de cursos

7º Na Implantação do SPED houve necessidade de migração troca de sistema ou software?

- ☐) Foi adquirido novo sistema de software para atender as exigências do SPED
- ☐) Já tinha sistema mais precisou solucionar algumas falhas
- ☐) O sistema estava apto a gerar SPED
- ☐) Conheço muito

8º Na implantação do SPED qual dos itens abaixo resultou em maior dificuldade?

- ☐) Cadastro de clientes e fornecedores
- ☐) Cadastro de Materiais e Produtos
- ☐) Integração de sistemas legados com ERP versus arquivo SPED
- ☐) Não tivemos dificuldades

9º Quais funcionários foram envolvidos na implantação do SPED?

- ☐) Apenas os contadores
- ☐) Contadores, auxiliares e gerentes
- ☐) Contadores e Administradores
- ☐) Contadores e todos os colaboradores

10º Em sua opinião, você se considera preparado para trabalhar com o SPED?

- ☐) Não preparado
- ☐) Pouco preparado
- ☐) Preparado
- ☐) Bem preparado
- ☐) Não tenho opinião formada a respeito do assunto

11º Você acha que o SPED influenciou de forma positiva para empresa?

- ☐) Não. O SPED trará somente problemas à empresa. Pois o fisco terá todas as informações necessárias para o cruzamento de dados
- ☐) Sim. Apesar de que o Fisco terá todas as informações necessárias para o cruzamento de dados
- ☐) Sim. Pois terei dados mais corretos e uma riqueza de informações
- ☐) Não. Pois incorreu em muitos gastos para empresa

12º Atualmente ainda existe dificuldades com o SPED?

- ☐) Não, não temos dificuldades
- ☐) Sim, ainda temos dificuldades
- ☐) As dificuldades são Razoáveis,
- ☐) Precisamos de melhorias no sistema